

RODOLFO WALSH E A IMPOTÊNCIA JORNALÍSTICA FACE AO PODER AUTORITÁRIO

João Figueira¹

Rodolfo Walsh, assassinado em 1977 por forças ao serviço do ditador Videla, é um dos jornalistas argentinos mais marcantes e estudados de toda a América Latina. Sob o regime autoritário do general Aramburu, que dirigiu o país com pulso de aço e sob a lógica do medo, investigou crimes perpetrados pelos militares e serviços secretos, mas de cuja publicação não resultou o menor sobressalto ou consequência política. O jornalista viu, aliás, toda a grande imprensa argentina recusar as suas reportagens, pelo que teve de recorrer a pequenas publicações que, para sua surpresa, não recusaram publicá-las nem enfrentar as consequências que daí poderiam advir.

“Operação massacre” (1957) e o “Caso Satanowsky” (1958) falam de crimes de estado e de fuzilamentos ilegais, mas a denúncia pública desses atos não abanou minimamente a estrutura do poder. Pelo contrário, evidencia a ineficácia e a impotência do jornalismo em contextos de autoritarismo político.

Contextos para um jornalismo de resistência

A 24 de março de 1977, um ano após o golpe de estado do general Jorge Videla (1925-2013)², Rodolfo Walsh escreve uma carta aberta à

¹ Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20). Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de Coimbra.

² Estima-se que mais de 30 mil pessoas foram mortas ou desapareceram durante o seu

junta militar, na qual ataca e denuncia de forma muito crua todas as atrocidades que vinham sendo praticadas:

Quinze mil desaparecidos, 10 mil presos, quatro mil mortos, dezenas de milhares de exilados são os números brutos desse terror. Lotadas as prisões comuns, os senhores criaram nas principais guarnições do país virtuais campos de concentração onde não entra nenhum juiz, advogado, jornalista ou observador internacional. O segredo militar dos procedimentos, invocado como necessidade da investigação, converte a maioria das detenções em sequestros que possibilitam a tortura sem limite e o fuzilamento sem julgamento (Walsh, 2010b, p. 247).

A carta é enviada no dia seguinte pelo correio para as redações dos jornais do país e correspondentes de média estrangeiros. Nenhum órgão de comunicação argentino a publicou — seria impensável fazê-lo no contexto de terror da ditadura vigente —, pelo que a sua difusão apenas teve lugar em alguns média internacionais. Nesse dia, 25 de março, pelas 13.30h, depois de ter introduzido todas as cópias que trazia nos marcos de correio que foi encontrando ao longo da avenida San Juan, em pleno coração de Buenos Aires, o jornalista vira na esquina com a Entre Rios e, dois quarteirões à frente, é encurralado e assassinado a tiro na av. Carlos Calvo, por militares do regime, que levaram o seu corpo e cujo paradeiro se desconhece até hoje (McCaughan, 2015).

Walsh tinha consciência do terreno minado que pisava e não possuía a menor ilusão acerca desse gesto de denunciadora revolta. No parágrafo final dessa mesma Carta Aberta escrevia, aliás, não ter a mínima “esperança de ser ouvido”, mas “a certeza de ser perseguido” (p. 257). Porém, atuava em total coerência com o que a sua consciência de jornalista e cidadão ativo lhe ditava, explicitando que “fiel ao compromisso

regime militar. Chegou ao poder em março de 1976, na sequência de um golpe de estado que depôs a presidente Estela Perón. Em 1985, Videla foi julgado por crimes contra a humanidade, tendo sido destituído da patente militar e condenado a prisão perpétua. A pena seria, no entanto, anulada em 1990, por decreto do então presidente Carlos Menem, decisão declarada inconstitucional, em 2007, e posteriormente confirmada pelo Supremo Tribunal. Em 2010, um tribunal de Córdoba condenou-o de novo a prisão perpétua pelo assassinato, tortura e sequestro de 31 pessoas, em 1976. Videla morre na prisão, em 2013. Em 2022, surge o filme *Argentina 1985*, do realizador Santiago Mitre, centrado no processo e julgamento de 1985.

que há muito tempo assumi, de dar testemunho nos momentos difíceis” (p. 257), ser-lhe-ia impossível ficar calado ou quieto, como começa por afirmar logo no início do texto:

A censura à imprensa, a perseguição aos intelectuais, o arrombamento de minha casa no Tigre, o assassinato de amigos queridos, a perda de uma filha que morreu combatendo os senhores são alguns dos fatos que me obrigam a esta forma de expressão clandestina, após ter manifestado livremente minha opinião como escritor e jornalista durante quase trinta anos (Walsh, 2010b, p. 246).

É verdade que nunca tinha enfrentado um poder tão fortemente musculado como estava a ser a ditadura do general Videla, razão pela qual Walsh vivia sob enorme ameaça e fundados receios acerca do que lhe poderia suceder. Porém, já no final da década de 1950, o jornalista tinha sentido na pele o silêncio temeroso da generalidade da imprensa, em especial dos grandes jornais, incapazes de desafiar a força do general Pedro Aramburu, o presidente que entre 1955 e 1958 liderou o país sob a lógica do medo e sem grandes preocupações para com a liberdade de informação e dos direitos humanos.

Uma parte considerável da história do século XX da Argentina é, de resto, marcada por regimes ditatoriais e ou autoritários. Olhando para o período em que Walsh foi jornalista e escritor — 1950, data de publicação do seu primeiro conto policial, até 25 de março de 1975, data do seu assassinato — o país vive e respira entre revoltas, golpes de estado e convulsões sucessivas, o que explica a presença constante de militares na presidência. Contudo, nenhum desses regimes autoritários, apesar dos crimes cometidos sob as suas sombras tutelares, foi tão longe quanto o de Videla:

Congelando salários a coronhadas enquanto os preços sobem pela ponta das baionetas, abolindo toda forma de reclamação coletiva, proibindo assembleias e comissões internas, aumentando os turnos de trabalho, elevando o desemprego ao índice recorde de 9% e prometendo superá-lo com 300 mil novas demissões, os senhores fizeram que as relações de produção regredissem aos primórdios da era industrial, e quando os trabalhadores quiseram

protestar, qualificaram-nos de subversivos, sequestrando comissões inteiras de delegados que em certos casos apareceram mortos e noutros, não apareceram (Walsh, 2010b, p. 254).

Há nesta atitude de firme resistência, que pagaria com a própria vida, algo que aproxima o sentido da sua Carta Aberta com a que o dramaturgo espanhol Fernando Arrabal dirigiu a Francisco Franco ou, ainda, num outro quadro sócio-político, mas igualmente marcado por evidentes situações de desigualdades, perseguições e injustiças, o célebre texto “J’accuse”, de Émile Zola, nas páginas do *L’Aurore*, dirigido ao então presidente francês, Félix Faure.

A atitude de Walsh é, todavia, diferenciadora, pelo facto de ela não ser circunstancial; isto é, não consubstancia uma reação ou protesto perante um caso concreto, mas antes corresponde a uma lógica de comportamento que tem mais que ver com questões de carácter ou enquanto “seres humanos bons” no sentido em que muitos anos depois Kapuscinski (2008, p. 30) vem qualificar as características inerentes aos melhores jornalistas. É, aliás, dentro dessa perspectiva de ação que interpretamos as principais investigações jornalísticas de Walsh, que tiveram lugar sob o regime autoritário do general Aramburu.

Foi durante esse período que investigou vários crimes que a hierarquia político-militar pretendeu esconder, denunciando-os, posteriormente, através das reportagens “Operação massacre” (1957) e “O caso Satanowsky” (1958), mas cujas consequências foram praticamente nulas diante do poder autoritário vigente. Daí, aliás, o seu desalento perante a perceção acerca da escassa influência do jornalismo no quadro de uma sociedade sufocante que ele próprio começava a ter dificuldade em entender. De tal modo, que essa ausência de consequências assumiu-as como fracassos seus e do trabalho jornalístico, uma vez que em ambos os casos “o resultado foi o mesmo: os mortos bem mortos; e os assassinos, comprovados, à solta” (Walsh, 2010b, p. 243).

Portanto, situações de abuso de força e de crimes perpetrados por militares ao completo arrepio das leis era algo que Walsh conhecia bem e com que lidava muito antes da chegada do general Videla à Casa Rosada. Assim como tinha, com o decorrer dos anos, dolorosamente aprendido a perceber que o seu ofício muito pouco mudava o curso da história, sobretudo em contextos de regimes ditatoriais e autoritários.

Em 1964, no epílogo a uma edição em livro de “Operação massacre”, o seu desalento tem um evidente travo de alguém que se sente derrotado: “É compreensível, em todo o caso, que eu tenha perdido algumas ilusões, a ilusão da justiça, da reparação, da democracia, de todas essas palavras, e, finalmente, daquilo que uma vez foi meu ofício e já não é” (Walsh, 2010b, p. 243).

Da direita à extrema esquerda

Contrariamente ao que possa parecer, Rodolfo Walsh — que foi também tradutor, além de escritor e jornalista — estava longe de possuir uma formação ideológica consistente e, sobretudo, ter recebido qualquer influência revolucionária durante a sua fase juvenil. Nascido na Patagônia argentina em janeiro de 1927 no seio de uma família irlandesa muito religiosa, foi educado num ambiente católico e conservador, o que explica a sua aproximação, no final da adolescência, à Aliança Libertadora Nacionalista, uma força de direita, anti-semita e anticomunista, que ele mais tarde classificará como a melhor criação do nazismo na Argentina.

Estreou-se na literatura com contos policiais, no início de 1950, que tinham por detetive um revisor de livros, que foi a sua primeira ocupação profissional. Nesse mesmo ano conquista o 1º prémio de contos policiais atribuído por um júri de que faziam parte, entre outros, Jorge Luís Borges e Adolfo Bioy Casares. O escritor uruguaio Eduardo Galeano dirá um dia que Walsh, além de notável historiador do seu tempo, era o melhor escritor da sua geração.

Ainda no lado direito da política apoia, em 1955, “A revolução libertadora” que, a 16 de setembro, protagoniza o golpe de estado que derubou Perón. Assumiu-se, portanto, durante alguns meses um fervoroso antiperonista e simpatizante da “revolução libertadora”, liderada pelo general Pedro Aramburu. Contudo, ao observar as práticas violentas e iníquas desse novo poder militar, Walsh muda de posição e de opinião, passando a ser um forte crítico e opositor da nova liderança política.

Deve sublinhar-se, de resto, que são essencialmente as questões de caráter que, inicialmente, mobilizavam a ação jornalística de Walsh, porque, como várias vezes disse e escreveu, a política pouco o interessava. A maior parte das vezes que o disse foi para explicar o seu

posicionamento, ação e as motivações de ordem jornalística perante os casos que investigava, e nesse sentido é verdade: a política, se a havia — e ela estava presente nas suas reportagens — tinha para ele um interesse secundário. Brizuela (2010), uma das especialistas na obra de Walsh, aceita essa posição de princípio, embora considere que o arco político nos trabalhos de Walsh tem início com “Operação massacre”, em 1957, para terminar 20 anos depois, com o seu assassinato.

Entre 1959 e 1961 o repórter argentino integrou o núcleo fundador da *Prensa Latina*, em Cuba, onde dirigiu a editoria de *Serviços Especiais*. O próprio Walsh, no prólogo ao livro de Maseti³, seu grande amigo e primeiro diretor daquela agência de notícias, escreveu que “por vezes excedíamos os limites habituais do jornalismo (1969, p. 7). Isto mesmo é corroborado por Arrosagaray (2013), autor da mais bem documentada obra sobre a ação de Walsh em Cuba, ao sustentar que na *Prensa Latina* “o trabalho jornalístico estava intimamente ligado ao trabalho revolucionário”, por outras palavras, “era trabalho remunerado e militância” (p. 144).

A investigadora norte-americana Renata Keller, que tem estudado a questão cubana no contexto da Guerra Fria, reforça essa ideia de compromisso jornalístico com a revolução, ao sustentar que a *Prensa Latina* constituiu, de facto, “uma arma poderosa no arsenal da revolução castrista” (2019, p. 89).

Dentro deste contexto, não admira que tenha sido em Cuba que pela primeira vez Walsh se interessou “pela teoria revolucionária” (Walsh, 2007, p. 142), ao ponto de, só então, se ter tornado “um marxista, mas um mau marxista, porque leio muito pouco: não tenho tempo para formar-me ideologicamente” (Walsh, 2007, p. 142).

Ainda durante a sua permanência em Havana, Walsh, fruto dos seus conhecimentos em criptografia, conseguiu a proeza de decodificar várias mensagens da embaixada norte-americana na Guatemala para a CIA, a mais importante das quais continha todos os detalhes para a invasão da baía dos porcos (Arrosagaray, 2013; Márquez, 2006).

A sua ida para Cuba é posterior à publicação da reportagem “Operação massacre”, trabalho que “mudou a minha vida”, como ele

³ Jorge Maseti (1929-1964) foi um jornalista argentino, amigo de Che Guevara, que dirigiu nos anos iniciais a *Prensa Latina*, combinando sempre a sua função jornalística com a de militante da revolução. De resto, esteve na praia Girón, em abril de 1961, a lutar ao lado dos militares cubanos, contra a invasão da baía dos porcos.

mesmo afirma no livro autobiográfico *Esse hombre*, e que, a nosso ver, antecipa o *new journalism* que Tom Wolfe virá concetualizar 15 anos depois, e em uma década a obra *A sangue frio*, de Truman Capote (Figueira, 2019); e no ano seguinte publica outra marcante investigação jornalística, igualmente transformada em livro: “O caso Satanowsky”.

Após o regresso à Argentina a sua militância radicaliza-se cada vez mais à esquerda. Funda a revista *CGT*, órgão semanal da Confederação Geral dos Trabalhadores, onde, aliás, viria a publicar as primeiras peças de “Quem matou Rosendo?”. Esta investigação tem que ver com mais um assassinato, desta vez do sindicalista Rosendo Garcia, secretário-adjunto da União Operária Metalúrgica (da CGT), na noite de 13 de maio de 1966, que as autoridades policiais não desvendaram. Três anos depois, Walsh desmonta em poucos meses todo o mistério à volta do caso, apontando o nome do então secretário-geral da CGT, Augusto Vandor, como autor do crime⁴.

Em seguida, vai estar na criação da Agência de Notícias Clandestinas (ANCLA), que pertencia às forças peronistas, das quais se tinha, entretanto, aproximado. Esta progressiva radicalização à esquerda prossegue com a sua entrada, em 1973, para os Montoneros, que em maio de 1970 haviam sequestrado, julgado e executado o antigo presidente Aramburu⁵.

Pelo meio, Rodolfo Walsh colaborou com várias revistas (*Panorama*, *Vea y Lea* e *Leoplán*), ao mesmo tempo que permanece como tradutor na editora Hachete. Em *Essa mulher e outros contos* há a particularidade de o livro inserir, no final, uma entrevista de Walsh a Ricardo Piglia, onde discorre sobre literatura e jornalismo, tendo por pano de

⁴ Além de Rosendo mais dois sindicalistas morreram nessa noite na pastelaria Real, de Buenos Aires, onde tudo se passou debaixo de intenso tiroteio. A investigação de Walsh seguiu o mesmo rigor metodológico das reportagens anteriores, acabando por problematizar as contradições detetadas no interior do movimento sindical peronista. Isso valeu-lhe um coro de críticas e acusações públicas por parte de alguns intelectuais, sob o argumento de que estava a fragilizar o movimento operário perante um regime político que se aproveitaria dessas clivagens.

⁵ Este ato desencadeou as mais desencontradas reações públicas e críticas severas para com a atuação dos Montoneros. Muitas das vozes, aliás, diziam que o general Aramburu de 1970 era muito diferente daquele sob cujas ordens no final dos anos de 1950 se cometeram tantos crimes e atrocidades. O sucedido mereceu a devida atenção também no exterior. O jornal *Folha de S. Paulo*, por exemplo, na sua edição de 19/7/1970 apresentava em manchete o título: “100 mil argentinos no funeral do general Aramburu”.

fundo algumas das reportagens que fez e o contexto político da argentina, em 1970.

Nesta entrevista, Walsh defende que é impossível fazer qualquer tipo de arte ou de literatura desvinculada da política:

não temos na nossa literatura a luta operária claramente representada, digamos; não existe nenhum conto, ou talvez até exista algum, que fale sobre uma greve ou uma revolução ou sobre a resistência ou sobre o que está acontecendo agora; não temos nada. Se a nossa literatura fosse apresentada a um marciano, um visitante de fora, para que, a partir dela, decifrasse a realidade argentina, esse visitante teria uma ideia totalmente exótica (Walsh, 2010a, pp.242-243).

Esta evidente preocupação (e denúncia, mais uma vez) pela invisibilidade na produção artística das tensões e múltiplas dinâmicas sociais e políticas, já é bem reveladora de uma perspectiva ideológica muito amadurecida, acerca da sua percepção e entendimento sobre o processo histórico do país.

“Operação massacre” reconstitui fuzilamento ilegal

É a partir de 1957 que todo o seu percurso pessoal e jornalístico vai ser profundamente alterado, em consequência da investigação jornalística conhecida por “Operação massacre”. Esta reportagem faz a reconstituição minuciosa da noite de 9 de junho de 1956, quando uma dúzia de cidadãos pacatos, sem ligações a quaisquer forças ou movimentos políticos, se reuniram na casa de um deles para ouvirem pela rádio o relato do combate de boxe para atribuição do título de campeão sul-americano. Acabaram todos presos e fuzilados, sem acusação formal ou julgamento, numa lixeira nos arredores de Buenos Aires. Por inépcia dos atiradores, nem todos morrem, e é aí que começará meses mais tarde toda a investigação jornalística de Rodolfo Walsh.

A relevância deste trabalho — e o modo pioneiro como foi escrito e desenvolvida toda uma apurada metodologia para descoberta e confirmação de dados — é de tal forma reconhecida, que vem sendo objeto

de inúmeros estudos acadêmicos e deu origem a um livro que tem sido sucessivamente reeditado ao longo dos anos. Neste momento conta com mais de 40 reedições. Em 1971, cerca de 30 atores aceitaram participar, clandestinamente, nas filmagens da versão cinematográfica⁶ dirigida por Jorge Cedrón e na qual participa também um dos sobreviventes do fuzilamento.

Seis meses após o sucedido, no café onde habitualmente jogava xadrez e bebia cerveja, Walsh sente o sussurro de uma voz ao ouvido a dizer-lhe: “um fuzilado está vivo” (Walsh, 2010b, p.15). Atingido pela surpresa da informação, a sua memória recua para a noite em que teve de abandonar aquele mesmo café aos ziguezagues, devido a um intenso tiroteio. Os militares de Aramburu estariam, então, a debelar uma alegada tentativa de golpe peronista, pelo que, sob esse pretexto, e sem que nada soubessem acerca do que se passava, várias pessoas morrem e outras são presas e fuziladas. Foi o que sucedeu ao tal grupo de amigos que se preparava para escutar o combate de boxe.

Na posse da preciosa informação, Walsh consegue alguns dias depois chegar à fala com o tal sobrevivente. Quando chegou junto de Carlos Livraga, assim se chamava, fixou-o e logo teve a certeza de que havia ali uma estória humana que tinha de ser aprofundada e contada: “Olho esse rosto, o buraco na bochecha, o buraco maior na garganta, a boca estralçada e os olhos opacos, onde ficou pairando uma sombra de morte. (...) Livraga conta para mim sua incrível história; creio nela no ato” (Walsh, 2010b, p. 15).

No entanto, tratar do ponto de vista jornalístico um fuzilamento ilegal a coberto de um regime autoritário exigia cuidados especiais e muita prudência. Daí em diante, conta Walsh,

não pensarei noutra coisa durante quase um ano, deixarei minha casa e meu trabalho, me chamarei Francisco Freyre, terei uma carteira de identidade falsa com esse nome, um amigo me emprestará uma casa no Tigre, viverei dois meses numa cabana gelada em Merlo, levarei comigo um revólver e a todo o momento as figuras do drama retornarão, obsessivamente: Livraga banhado em sangue caminhando pela infundável viela por onde se

⁶ O filme, concluído em 1972, contou ainda com as colaborações de grupos sindicais e estudantis, e da juventude peronista.

safou da morte, o outro que se salvou com ele arremetendo para o descampado em meio aos tiros, os que se salvaram sem que ele soubesse e os que não se salvaram (Walsh, 2010b, p. 15).

O testemunho de Livraga vai permitir-lhe saber quem foi o comandante da ação daquela noite, ao mesmo tempo que através da consulta aos autos da detenção consegue obter também preciosa informação que o ajudará a confirmar a identidade das restantes pessoas e a mais facilmente orientar toda a sua pesquisa. À medida que foi avançando na investigação, Walsh descobriu que, afinal, havia sete sobreviventes, três deles refugiados na Bolívia, todos em situação clandestina e por isso sempre o mais longe possível da polícia.

A extensa e minuciosa reportagem culmina com a reconstituição dos diálogos, a descrição pormenorizada de tudo o que se passou e onde e, mais importante, com a apresentação de provas complementares que demonstram que a prisão do grupo em causa foi ilegal, porque ela é anterior à declaração da lei marcial, decretada naquela noite:

(...) afirmei que ele [o chefe da polícia] prendeu esses homens antes da entrada em vigor da lei marcial.⁷ E, a fim de determinar a hora que foi promulgada a lei, não me limitei a consultar os jornais de 10 de junho de 1956, que, unânimes, informam que ela foi anunciada às 0h30 daquele dia. Fui mais longe, busquei o livro de locutores da Rádio do estado e o fotocopiei, a fim de provar, com precisão de minutos, que a lei marcial passou a vigorar à 0h32 do dia 10 de junho (Walsh, 2010b, p. 151).

O medo da grande imprensa

Entre janeiro e março de 1957, Walsh publica seis peças no jornal *Revolución Nacional*, seguindo-se, entre maio e julho, outros nove textos, agora publicados na desaparecida revista *Mayoría*, sobre a “execrável matança”, segundo a sua expressão (Walsh, 2010b, p. 215), até então

⁷ Walsh obteve de um funcionário da Rádio cópia do documento lido aos seus microfones, que comprova a hora exata em que foi promulgada a lei marcial. Esse funcionário seria, conseqüentemente, despedido.

totalmente silenciada. De tal modo, que nenhum dos principais jornais se mostrou disponível para acolher os textos de Walsh, inclusive numa segunda fase, quando ele tinha dados novos muito comprometedores para com os militares e respetivo poder político. Ou não se mostraram interessados, precisamente porque a investigação apontava o dedo acusador a altos responsáveis da hierarquia militar. Daí, o jornalista ter publicado as sucessivas peças em órgãos marginais ao *mainstream* mediático argentino.

Essa dificuldade para publicar não deixou, todavia, de constituir uma surpresa para o repórter, sobretudo tendo em conta a matéria que, pelas suas características e contornos, possuía, em seu entender, a maior relevância noticiosa. Nunca esteve tão enganado no seu raciocínio. Mais tarde, Walsh contará que esta

é a história que escrevo no calor do momento e de uma tirada, para que não me tomem a dianteira, mas que depois se vai amarrotando no meu bolso a cada dia que passa, porque passeio com ela por toda Buenos Aires e ninguém quer publicá-la, quase nem mesmo tomar conhecimento dela (2010b, p. 16).

Tal falta de interesse, porventura autojustificado pelo medo do poder autoritário que tinha deposto Juan Domingo Perón, levou ao exagero de a peripécia dos fuzilamentos não ter sequer existido, a avaliar pela pesquisa que Walsh se deu ao trabalho de fazer nos arquivos dos diferentes jornais e em cujas páginas não encontrou uma única menção sobre o assunto. É por tudo isto, pelo facto de a imprensa mesmo a mais poderosa ter imposto uma mordaza a si própria, ou seja, calado voluntariamente um caso de uma gravidade extrema, que o jornalista disse que “senti vergonha” (2010b, p. 215) diante de todo um panorama informativo que não foi capaz de honrar e dignificar a natureza da sua missão.

Confrontado com este fechamento à curiosidade e interesse da sua reportagem, não lhe restou outra alternativa senão a de perambular

por subúrbios cada vez mais remotos do jornalismo, até que finalmente vou parar num sótão em Leandro Alem, onde fazem um jornalzinho sindical, e encontro um

homem que se anima. Tremendo e suando, pois ele tampouco é um herói de filme, mas simplesmente um homem que se anima, e isso é mais que um herói de filme. E a história sai, é um tremular de folhinhas amarelas nas bancas, sai sem assinatura, mal diagramada, com os títulos trocados, mas sai. Olho-o com carinho, enquanto se esfuma em 10 mil mãos anónimas (Walsh, 2010b, p. 16).

Após a publicação de todas as peças jornalísticas que constituem a reportagem de “Operação massacre”, Walsh reuniu os dados disponíveis, acrescentou outros entretanto recolhidos e organizou a primeira versão em livro, a partir do qual o caso ganhou uma amplitude e impacto público até então inexistente. Donde, mais do que os textos saídos nos dois pequenos órgãos de comunicação que tiveram a coragem de os publicar, foi o “livro-bomba”, no dizer de Molina & Goldoni (2010, p.8), que mudou profundamente a vida e obra de Walsh (Brizuela, 2010; Castro, 2010).

Se por um lado, como escreverá mais tarde em obra autobiográfica, essa investigação jornalística permitiu-lhe compreender que “para lá das minhas perplexidades mais íntimas, existia um ameaçante mundo exterior” (Walsh, 2007, p. 15), por outro lado “Operação massacre” não era ainda, quando partiu para essa reportagem, um pretexto ou uma forma pré-determinada para assumir o seu posicionamento político face ao poder autoritário vigente:

Reitero que esta obra não persegue um objetivo político, nem muito menos pretende avivar ódios completamente estéreis. Persegue — um entre muitos — um objetivo social: o aniquilamento, em curto ou longo prazo, dos assassinos impunes, dos torturadores, dos “técnicos” da picana⁸ que permanecem apesar das mudanças de governo, do submundo armado e uniformizado (Walsh, 2010b, p. 214).

Natalia Brizuela, professora no Centro de estudos latino-americanos na Universidade de Berkeley e profunda conhecedora de toda a obra literária e jornalística de Walsh, concorda que “Operação massacre” é

⁸ Instrumento de tortura, com o qual se aplicavam choques elétricos.

resultado de uma dedicada investigação cujo objetivo central foi “revelar a verdade sobre fuzilamentos clandestinos, assassinatos sem punição judicial” (2010, p. 260), embora considere que este trabalho representa um momento de viragem no percurso do autor. Porque é a partir desta reportagem, segundo Brizuela (2010), que a produção de Walsh vai assumir de forma clara uma dimensão política que anteriormente não possuía.

A mesma investigadora alerta, aliás, para o rigor narrativo que o jornalista colocou ao longo de toda essa reportagem, a qual, apesar de hoje ser considerada um marco no cruzamento entre jornalismo e literatura, jamais se desvincula da realidade material dos factos. Walsh faz mesmo questão em “se afastar da literatura porque a intensidade e a ilegalidade da violência perpetrada pelas forças militares simplesmente não podiam ser escritas como ficção, como literatura” (Brizuela, 2010, p. 260).

Desconstrução de um falso “caso de polícia”

A mesma atitude vamos encontrar na investigação jornalística que no ano seguinte, 1958, Walsh vai dedicar ao “Caso Satanowsky”. Mais uma vez, a denúncia sobre a violência de estado volta a estar no centro da reportagem. Em causa está o assassinato do advogado Marcos Satanowsky, ocorrido em junho de 1957, em plena vigência da presidência do mesmo general Aramburu.

Rodolfo Walsh mergulha nos detalhes deste caso, cuja versão oficial, veiculada pela generalidade da imprensa, apontava para um simples caso de polícia, uma vez que a morte do advogado se dera no âmbito do litígio jurídico pela propriedade do jornal *La Razón*. Entre junho e dezembro de 1958, Walsh volta a recorrer à disponibilidade e coragem da revista *Mayoria*, para publicar nas suas páginas um conjunto de trabalhos em que vai desmontar e contradizer, com dados concretos, a veracidade das notícias anteriormente dadas sobre este caso. Os seus textos, de novo sustentados em factos e provas iniludíveis, evidenciam a responsabilidade das forças armadas e dos serviços secretos no assassinato de Satanowsky.

Se a “matança de junho”, como Walsh (2010b, p. 196) se refere aos fuzilamentos ilegais que deram origem a “Operação massacre”, revelam

a “perversidade desse regime” (p. 196), o governo de Aramburu, que tanto atemorizava a imprensa e todo o tipo de liberdades — ao ponto de todos os jornais terem, acriticamente e respeitosamente, evitado apurar as verdadeiras causas da morte de Satanowsky —, demonstrava pela sua prática regular que a repressão era a forma de governar a nação: “prende milhares de trabalhadores, reprimiu toda e qualquer greve, arrasou a organização sindical. A tortura se massificou e se estendeu a todo o país” (Walsh, 2010b, p. 196).

Pouco ou nenhum efeito público tiveram, no entanto, as suas reportagens. Não apenas porque não provocaram qualquer consequência na estrutura policial e militar, mas também porque ao nível do poder político este continuou tranquila e paulatinamente a prosseguir a sua governação autoritária e repressiva, apesar de as provas detalhadas “sobre a responsabilidade do Estado no crime” (McCaughan, 2015, p. 76), aliada à inoperância dos tribunais, ter levado o deputado da União Cívica Radical, Agustín Araya, a solicitar “formalmente a constituição de uma comissão parlamentar de investigação” (McCaughan, 2015, p. 76); todos estes esforços, porém, foram infrutíferos e esbarraram sempre no muro protetor dos serviços de segurança do Estado.

Confrontado com a impotência e ineficácia do jornalismo perante o autoritarismo do poder, Walsh chega a fazer uma síntese dorida acerca da ausência de impacto do seu trabalho, ao mesmo tempo que se sente chocado com a impunidade dos responsáveis pelos crimes cometidos:

Nisso, fracasei. Aramburu promoveu Fernández Suárez⁹; não reabilitou suas vítimas. Frondizi¹⁰ teve em mãos um exemplar autografado deste livro:¹¹ promoveu Aramburu. Acho que depois disso já não me interessou. Em 1957, afirmei com grandiloquência: “Este caso está de pé e continuará de pé tanto tempo quanto for necessário, meses ou anos”. Peço que me desculpe essa frase

⁹ Tenente-coronel que chefiava a polícia de Buenos Aires, onde o grupo de cidadãos na noite de 9 de junho de 1956 chegou a estar preso, antes de ser levado, por ordens suas, para fuzilamento.

¹⁰ Advogado e político que sucedeu, em maio de 1958, a Aramburu. Em 1961, tentando recuperar o apoio popular que lhe escapava, voltou a legalizar o peronismo, contra a vontade dos militares. Durante os quatro anos de presidência teve de lidar com seis tentativas de golpe de estado, adiando cada um deles através de sucessivas cedências aos interesses das forças armadas. Finalmente, seria destituído em 1962 por mais um golpe militar.

¹¹ Refere-se a *Operação massacre*.

lamentável. Este caso já não está de pé, é apenas um fragmento de história, este caso está morto (Walsh, 2010b, p. 242).

Estas palavras têm apenas por referência a “Operação massacre” e a frustração que experimentou com o vazio que se lhe seguiu, incluindo a ausência de qualquer tipo de reparação para com as vítimas e seus familiares. Um simples pedido de desculpas. Que alguém em nome da república argentina reconhecesse que se havia cometido uma atrocidade. Nada foi feito.

Porém, imbuído da ideia de que o jornalismo é “esta busca a todo o risco, este testemunho do mais escondido e doloroso,” Walsh (2010b, p. 243) partiu para a investigação do caso Satanowsky confiante ou, no mínimo, esperançoso que agora o resultado poderia ser diferente. Não foi, porque embora já não estivesse o general Aramburu na presidência, quando do início da publicação das suas peças jornalísticas, era ainda ele que ocupava a Casa Rosada no momento do assassinato daquele advogado e da sequente versão oficial que foi desenhada e prevaleceu durante cerca de um ano. Daí que a apreciação que mais tarde veio a fazer acerca do impacto e consequências da denúncia do caso Satanowsky tenha sido idêntica à que fizera para a “Operação massacre”: “os mortos, bem mortos; e os assassinos, comprovados, à solta” (2010b, p. 243).

Notas finais

É impossível desligar estes trabalhos jornalísticos de Rodolfo Walsh do contexto político do país, designadamente das sucessivas presidências autoritárias e do poder omnipresente dos militares. Nesse sentido, se inicialmente “como jornalista a política não me interessa muito”, como reiteradamente afirmou, a verdade é que ela acabou por ser “uma escolha compulsória, embora não me arrependa” (Walsh, 2010b, p. 213).

Sobressai, todavia, um claro desencanto — talvez mesmo desilusão — das suas palavras, quando observa, criticamente, o surpreendente desinteresse geral que as suas peças jornalísticas suscitaram junto da

grande imprensa, assim como o nulo impacto que elas provocaram nas instâncias diversas do poder político-militar.

De resto, quando iniciou a investigação de “Operação massacre”, em 1957, mais do que a sua atitude como jornalista ou, até, a sua visão ideológica, aquilo que verdadeiramente o movia eram “as irredutíveis diferenças de caráter”, porque em seu entender “dentre as diferenças que separam os homens as partidárias talvez sejam as mais superficiais” (2010b, p. 206). É neste sentido que entendemos as suas palavras, quando refere uma quase atitude de mendicidade para conseguir levar a sua investigação ao grande público:

Investiguei e relatei estes fatos assombrosos para levá-los ao conhecimento do público da forma mais ampla possível, para que inspirem espanto, para que nunca mais tornem a se repetir. Todo aquele que me ajudar a difundir-los e divulgá-los será para mim um aliado, a quem não questionarei por suas ideias políticas (2010b, p. 206).

Ressalta daqui uma obsessiva preocupação para com a difusão das matérias noticiosas em que trabalha, consciente da relevância delas e ainda confiante que a sua publicitação poderá ter algum efeito. Contudo, essa espécie de censura invisível fomentada pelo medo acaba por trazer à superfície algo que em quadros de autoritarismo político não deixa de se revelar simultaneamente curioso e interessante. Referimo-nos às posições contraditórias que à direita e à esquerda se foram revelando neste processo, ao ponto de perante um regime conservador, terem sido os gestos corajosos da direita que se abriram à publicação dos textos de Walsh:

Respondo a timoratos e pobres de espírito que me perguntam por que eu — que me considero um homem de esquerda — colaboro como jornalista com indivíduos e publicações de direita. Respondo: porque eles ousam, e nesse momento não reconheço nem aceito hierarquia mais alta que a da coragem civil. Ou pretenderão que silencie estas coisas por ridículos preconceitos partidários? Enquanto os ideólogos devaneiam, gente mais prática tortura e mata. E isso é concreto, isso é urgente, isso é do aqui e agora.

Posso, caso necessário, postergar ou renunciar a esquemas políticos cuja verdade é, afinal de contas, conjectural. Não posso, nem quero, nem devo renunciar a um sentimento elementar: a indignação diante do atropelo, da covardia, do assassinato (2010b, p. 206).

Por outro lado, a investigação em torno da “Operação massacre” serviu também para desconstruir uma ideia tantas vezes romanceada que existe e se vai perpetuando, acerca do sentido glorioso como as vítimas reagem diante dos seus algozes. A realidade, concluiu Walsh, é mais dura e crua: “A gente do povo não morre gritando *Viva a pátria!*, como nos romances. Morre vomitando medo, como Nicolás Carranza¹², ou maldizendo o seu abandono, como Bernardo Rodríguez” (2010b, p. 239).

Além de que as vítimas, gente do povo, como escreveu um dia, são em regra inocentes. Com a agravante, como sucedeu neste caso, sem direito a qualquer tipo de reparação oficial e, muito menos, punição dos responsáveis morais e materiais pelos crimes cometidos.

Bibliografia

- Adoue, S. B. (2008). *Rodolfo Walsh, o criptógrafo: relações entre escrita e ação política na obra de Rodolfo Walsh*. Tese de doutoramento em língua espanhola e literatura espanhola e hispano-americana Universidade de S. Paulo.
- Arrosagaray, E. (2013). *Rodolfo Walsh em Cuba. Agencia Prensa Latina, milícia, ron y criptografía*. Editorial Cienfuegos.
- Brizuela, N. (2010). Rodolfo Walsh entre a literatura e a política. In, R. Walsh, *Operação massacre* pp. 259-270. Companhia das Letras.
- Castro, R. (2010). Rodolfo Walsh: triunfo sobre a morte. In R. Walsh, *Operação massacre* pp. 271-282. Companhia das Letras.
- Figueira, J. (2022). Rodolfo Walsh: o jornalista-militante que “derrotou” Kennedy e a CIA na baía dos porcos. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 19, 1, 141-155.
- Figueira, J. (2021). Prensa Latina: nascimento da agência “revolucionária” cubana de notícias no contexto da guerra fria. In *O jornalismo e a*

¹² Uma das vítimas mortais do fuzilamento.

- história. homenagem a Isabel Nobre Vargues* pp.159-177. Imprensa da Universidade.
- Figueira, J. (2019). A denúncia política na origem do *new journalism*: o caso pioneiro de Rodolfo Walsh. *Obs journal*, 172- 191.
- Kapuscinski, R. (2008). *Os cínicos não servem para este ofício*. Relógio D'Água.
- Keller, R. (2019). The revolution will be teletyped: Cuba's prensa latina news agency and the cold war contest over information. *Journal of cold war studies*, 21 3, 88-113.
- Márquez, G. G. (2006). Rodolfo Walsh, o escritor que se adiantou à CIA. In *Reportagens políticas* pp. 159-161. Record.
- McCaughan, M. (2015). *Rodolfo Walsh periodista, escritor y revolucionario: 1927-1977*. LOM Ediciones.
- Molina, S., Goldoni, R.P. (2010). Apresentação. In R. Walsh, *Essa mulher e outros contos* pp. 7-14. Editora 34.
- Walsh, R. (1969). Prólogo. In J. R. Maseti, *Los que luchan y los que lloran: el Fidel Castro que yo ví* pp. 4-9.
- Walsh, R. (1998). *El violento ofício de escribir: obra periodística (1953-1977)*. Planeta.
- Walsh, R. (2007). *Esse hombre y otros papeles personales*. Ediciones de la flor.
- Walsh, R. (2010b). *Operação massacre*. Companhia das Letras.
- Walsh, R. (2010a). *Essa mulher e outros contos*. Editora 34.